

Cezar Alexandre Neri Santos
Rafaela Simias Aragão

TOPONÍMIA E AMBIENTE FÍSICO: A NOMEAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS DO SERTÃO NORDESTINO

RESUMO

Nesta pesquisa descrevemos e analisamos topônimos de comunidades rurais do município de Pariconha, na microrregião serrana do Sertão Alagoano. Com o pressuposto de que o *corpus* toponímico pode indicar elementos do ambiente físico e cultural locais, buscamos relacionar língua(gem), cultura e geografia física, compreendendo que a toponímia rural desse município, motivada majoritariamente por elementos de natureza física, inscreve elementos climáticos, topográficos, hidricos, da fauna e da flora da região. Ao classificarmos essa nomenclatura segundo a taxonomia de Dick (1990, 1992), percebemos que topônimos de comunidades rurais tendem a resguardar elementos de nomeação espontânea, como a topografia, a fauna, a flora e a hidrografia até a compreensão de processos de povoamento. A descrição e análise toponímicas são corroboradas por um vasto registro fotográfico da região, fruto da pesquisa de campo realizada por Santos (2017) entre outubro de 2015 e dezembro de 2016. Sumariamente, a catalogação e a análise dessa nomenclatura rural permitiram ampliar a interpretação de fenômenos linguísticos, geográficos e sócio-históricos, refletindo o caráter interdisciplinar da ciência toponímica.

Palavras-chave: Toponímia rural. Onomástica. Geografia Física.

TOPONYM AND ENVIRONMENT: RURAL PLACE-NAMES IN THE BRAZILIAN 'SERTÃO'

ABSTRACT

In this research we describe and analyze toponyms of rural communities in the municipality of Pariconha, in the Serrão Alagoano mountainous region. With the assumption that the toponymic corpus can indicate elements of the local physical and cultural environment, we seek to relate the language, culture and physical geography, including the toponymy of a rural municipality, motivated mainly by elements of the physical nature, to inscribe the climatic, topographical, water, fauna and flora of the region. This nomenclature is based on a Dick taxonomy (1990, 1992) as a topography, fauna and flora for elements of spontaneous naming, such as topography, fauna, flora and analysis of settlement processes. A toponymic description and analysis is corroborated by a vast photographic record of the region, as a result of the field research carried out by Santor (2017) between October 2015 and December 2016. Summarily, a cataloging and data of this rural nomenclature allowed to extend the interpretation of linguistic, geographic and socio-historical phenomena, reflecting the interdisciplinary nature of toponymic science.

Key words: Rural place-names. Onomastics. Physical geography.

TOPONÍMIA Y AMBIENTE FÍSICO: LA NOMBRAMIENTO DE COMUNIDADES RURALES DEL SERTÓN NORDESTINO BRASILEÑO

RESUMEN

En esta investigación describimos y analizamos topónimos de comunidades rurales en el municipio de Pariconha, en la región montañosa de Serrão Alagoano. Con el supuesto de que el cuerpo toponímico puede indicar elementos del entorno físico y cultural local, buscamos relacionar el lenguaje, la cultura y la geografía física, incluida la toponimia de un municipio rural, motivada principalmente por elementos de la naturaleza física, para inscribir el Clima, topografía, agua, fauna y flora de la región. Esta nomenclatura se basa en una taxonomía de Dick (1990, 1992) como topografía, fauna y flora para elementos de denominación espontánea, como topografía, fauna, flora y análisis de procesos de asentamiento. Una descripción y análisis toponímicos se corrobora mediante un vasto registro fotográfico de la región, como resultado de la investigación de campo realizada por Santos (2017) entre octubre de 2015 y diciembre de 2016. Resumiendo, la catalogación y los datos de esta nomenclatura rural permitieron ampliar la interpretación de los fenómenos lingüísticos, geográficos y sociohistóricos, que reflejan la naturaleza interdisciplinaria de la ciencia toponímica.

Palabras clave: Toponimia rural. Onomástica. Geografía Física.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Certamente os nomes dos lugares permitem revelar características geomorfológicas e físicas de uma localidade, bem como um melhor entendimento do *modus vivendi* de seus habitantes. Considerando essa premissa e a relação entre o léxico toponímico e os aspectos físicos e antropoculturais, descrevemos e analisamos os topônimos tomando como *corpus* os nomes de comunidades rurais do município de Pariconha, no sertão alagoano. Assim, um dos objetivos é destacar que, no sertão alagoano, esse conjunto de dados toponímicos acaba por refletir a paisagem física da região, descrevendo sua hidrografia, fauna, flora e topografia.

Para isso, filiamo-nos à ciência toponímica, por meio dos postulados de Dick (1990; 1992), Carvalhinhos (2002) e das diretrizes quanto ao uso de relatos orais em pesquisas históricas, em especial de Meihy e Ribeiro (2011). Uma vez que parte do *corpus* configura-se de nomes de origem indígena, valemo-nos de dicionários do Tupi Antigo, como Cunha (1998), Sampaio (1901) e Navarro (2013) para o cotejo etimológico do *corpus*. No entanto, temos como pressuposto de que pouco ou nada podemos relacionar o significado etimológico das lexias não portuguesas à motivação toponímica, mas que, tal qual advertiu Dick sobre os topônimos paulistas de origem colonial, “os topônimos se tornaram conhecidos menos pela sua etimologia que pelo referente ao qual se ligam” (DICK, 2007, p. 154).

Nossa hipótese é que boa parte dos topônimos do *corpus* tem motivação física, remetendo à topografia, à fauna, à hidrografia ou à flora do universo real (R), sendo a toponímia um indicador da paisagem física e geomorfológica da região. Para confirmação disso e uma compreensão semântico-histórica do *corpus*, norteamos-nos pelas seguintes perguntas de pesquisa: (i) *Quais as principais motivações toponímicas junto aos aglomerados humanos em Pariconha?*; e (ii) *De que modo podemos relacionar os referenciais toponímicos e os nomes geográficos cotejados, registrando a manutenção ou o apagamento desses elementos no município?*.

Na coleta bibliográfica, deparamo-nos com um modesto acervo oficial sobre os nomes de lugares do município, mas também quanto a dados sociogeográficos para essas aglomerações humanas. Uma dessas refletiu diretamente nesta pesquisa: a incongruência entre dois bancos de dados – o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Lista de Sítios e Povoados disponibilizada pela Secretaria de Agricultura de Pariconha (doravante SAP).

Ao apresentarmos a Toponímia como indicador da paisagem física e geomorfológica da região considerando os depoimentos orais de 83 (oitenta e três) sujeitos-colaboradores, obtidos por meio de entrevistas estruturadas e por registros fotográficos das comunidades pariconhenses pertencentes ao acervo pessoal dos pesquisadores, que confirmarão/porão em cheque alguns argumentos apresentados acerca dos registros linguístico-histórico-geográficos da memória coletiva desse *locus*.

A seguir, descreveremos os postulados teóricos desta pesquisa, de modo a demonstrar sua filiação à ciência toponímica.

2 O ESTUDO DOS NOMES DE LUGARES E A TAXONOMIA TOPONÍMICA

Como ser coletivo, o homem sempre necessitou nomear objetos, seres e lugares. Por motivos de identificação, a nomeação é essencial como fato social, de modo que podemos tomar os nomes próprios como patrimônios imateriais, como advoga a secção III, nos artigos 31 a 34 da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996). O léxico onomástico, ao testemunhar tradições e costumes de uma sociedade e de uma época, permite cristalizar *modi vivendi*, *cogitandi et operandi* espaço-temporalmente, bem como características físicas e geomorfológicas de uma localidade.

Apesar de os nomes próprios serem objeto de observação desde a Antiguidade Clássica, tal qual outros tantos campos das Humanidades, a Onomástica só tomou caráter disciplinar e científico no final do século XIX, por meio do estudo histórico-comparado de línguas

naturais, principalmente com a investigação etimológica dos nomes próprios. O estudo dos nomes próprios permite uma transversalidade temática – filosófica, histórica, geográfica, jurídica, botânica etc. Assim, a Toponímia – do grego *topos*, lugar, e *onoma*, nome – designa a disciplina e a ciência que estudam os nomes dos lugares no âmbito de sua variação e mudança, estrutura, procedência linguística e padrões de motivação.

Os estudos toponímicos permitem um caráter étnico e geográfico, dada à maciça nomenclatura em línguas indígenas e, em quantidade bem mais modesta, em línguas africanas. Obras como *O Tupi na geographia nacional*, de Theodoro Sampaio (1901), e outras que tratam de estratos indígenas menos estudados, como étnimos Caribes, Aruak e Bororos, em *Toponímia Brasileira*, de Levi Cardoso (1961) ou *Contribuições do Bororo à Toponímia Brasileira*, de Carlos Drummond (1965) são algumas das primeiras pesquisas sobre a toponímia nacional, realizadas sem um rigor metodológico unificado. O próprio Drummond denunciava que os estudos brasileiros negligenciavam pesquisas sobre os nomes de lugares e, quando eram realizadas, interessavam-lhes apenas a catalogação dos nomes de origem indígena, sendo que alguns estudiosos traziam apenas a etimologia da palavra e outros nem isso faziam, fatos que o levaram a concluir que, até então, no Brasil, não existiam verdadeiros toponimistas. (DICK, 1990, p. 11)

A partir dos anos 1980, as pesquisas toponímicas passaram a ser capitaneadas por um viés linguístico, especialmente após a proposição de uma taxonomia toponímica voltada à realidade brasileira, o que estabeleceu uma metodologia padronizada e quantificável. A maior responsável por essa nova fase da Toponímia brasileira foi a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em especial pelas obras *A motivação toponímica e a realidade brasileira* (1990) e *Toponímia e Antroponímia: coletânea de estudos* (1992), ao, entre outras contribuições, determinar uma taxonomia toponímica sob um viés linguístico de aplicação quali-quantitativa.

A Toponímia investiga a relação do léxico toponímico com aspectos físicos e socioculturais, adentrando na

complexidade de fatores que envolvem o nome do lugar e a sociedade. Dick (1990, p. 19) afirma que “a Toponímia reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe”. Nesta pesquisa, a vivência humana está em destaque quando da descrição e análise das motivações toponímicas dos nomes de comunidades da zona rural.

Ullmann (1973, p. 160) afirma que “A diferença essencial entre os substantivos comuns e próprios reside na sua função: os primeiros são unidades significativas, os segundos, simples marcas de identificação.” Já que o léxico toponímico tem como objetivo primário identificar lugares, afirmamos que, para manter uma relação direta com o seu objeto, o nome próprio precisa estar em um contexto – no caso da Toponímia, o contexto de nomeação –, que atribui um sentido locativo àquele nome. Entendemos que o(s) significado(s) dos signos em função toponímica, ao ser(em) resgatado(s), com o auxílio da etimologia, quando opacas, permite(m) descortinar motivações denominativas.

No discurso cotidiano, o contexto de nomeação é esquecido, ocorrendo um *esvaziamento semântico*, ou seja, o topônimo fica opaco em seu significado, sendo, em alguns casos, impossível reconhecer o seu significado linguístico.

Assim, em Onomástica (ciência dos nomes próprios), é necessário trabalhar com contexto(s), a fim de, tanto quanto possível, compreender a(s) natureza(s) da nomeação locativa. Carvalhinhos (2002, p. 172-173), quando afirma que:

uma área toponímica pode ser comparada a um sítio arqueológico: podemos reconstruir, através do estudo de significados cristalizados de nomes de lugar, fatos sociais desaparecidos, contribuindo com material valioso para outras disciplinas, como a história, a geografia humana e a antropologia.

Por constituir-se num “imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK,

1990, p. 35-36), como História, Geografia, Biologia, Antropologia e Psicologia, a Toponímia produz uma rede acerca do fenômeno da nomeação, salvaguardando morfossemanticamente aspectos antropoculturais, físicos e geomorfológicos. Portanto, a seguir trataremos à tona tais feições por meio da descrição do município alagoano de Pariconha, sua história e aspectos físico e sociais, demográficos, étnicos e econômicos.

3 O MUNICÍPIO DE PARICONHA-ALAGOAS: LOCUS DA PESQUISA

Pariconha, município de nome incomum e etimologia opaca, localiza-se na mesorregião do sertão alagoano e na microrregião Serrana do Sertão Alagoano, a 314 km da capital Maceió. Faz fronteira com dois municípios do extremo oeste alagoano, Água Branca e Delmiro Gouveia e limite com dois municípios do estado de Pernambuco, Tacaratu e Jatobá. De emancipação política recente, em 1º de janeiro de 1993, desmembrou-se da sertaneja cidade de Água Branca. Apesar de ter pouco mais de duas décadas de independência político-administrativa, a história do povoamento desta região inicia-se por volta do século XVII, com quatro tropeiros estabelecendo moradia às margens do rio Moxotó: Arnaldo dos Santos da Costa Veloso, João dos Santos da Costa Veloso, Antônio dos Santos da Costa Veloso e José dos Santos da Costa Veloso. Deste último, descendeu Teodósio Arnaldo de Souza, que instituiu seus negócios nas proximidades de sua residência, nomeando aquele lugar *Fazenda Grande*, onde atualmente se situa o município de Pariconha (BEZERRA, 2007).

Além desses comerciantes, o processo de povoamento da região também contou com a ação de etnias indígenas. Por volta de 1852, autóctones ocuparam a serra do Ouricuri e se estabeleceram na região central do atual território pariconhense, sendo o pioneiro o Sr. José Carabina, que havia fugido de Tacaratu-PE, onde os “brancos” invadiram a região, mataram os indígenas homens e abusavam das mulheres.¹ Outras etnias indígenas que também fugiam de Tacaratu-PE foram chegando e, assim, formou-se a comunidade indígena Geripankó. Posteriormente, indígenas da etnia

Karuazu, que veio do Brejo dos Padres, em Tacaratu-PE, fixaram moradia na região onde atualmente é o Povoado Campinhos, bem como os da etnia Katokim, cuja comunidade fica nas proximidades da cidade.

Figura 1 - Mapa de Alagoas, com o município de Pariconha destacado em vermelho.



Fonte: <www.pariconha.al.gov.br/aspgerais>

Em Pariconha, atualmente, além de duas comunidades indígenas *Campinhos* (etnia *Karuazu*) e *Ouricuri* (etnia Geripankó), há três povoados caracterizados como quilombolas, a saber: *Burnil*, *Malhada Vermelha* e *Melancia* (NOBRE, 2010). Neste último, a comunidade encontra-se desabitada por sua difícil localização e escassez de água. Assinalamos, porém, que nenhuma delas mantém viva uma língua autóctone, sendo todas lusófonas.

O crescimento do povoado pode ser datado com a célere elevação do povoado a distrito, sob jurisdição do município de Água Branca, pela Lei nº. 2.240, de 1º de maio de 1962 (PARICONHA, 2017). “A comunidade passou à condição de município em 5 de outubro de 1989 pela Constituição Estadual, quando foi desmembrado de Água Branca, tendo sua emancipação realizada em 7 de abril de 1992”, sendo essa última data considerada o aniversário da cidade², mesmo que sua instalação tenha ocorrido apenas em 1º de janeiro de 1993 (IBGE, 2018).³ Com uma extensão territorial de 260.858 km² e uma população média de 10.246 habitantes, Pariconha apresenta uma densidade rural mais densa: 2.796 moram na zona urbana e 7.450 residem na zona rural (IBGE, 2010). Suas atividades socioeconômicas baseiam-se em serviços, na indústria, na agricultura familiar e em pequenos criatórios de animais, além dos cargos da administração pública e o comércio, por meio de pequenos negócios e de feirantes.

Por fim, caracterizamos este município como sendo uma grande zona *urbana*, que Freire (1982, p. 57) define como um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional, valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos.

A seguir, focamos nos aspectos semânticos e etimológicos do topônimo municipal Pariconha, referente ao distrito-sede.

3.1 O topônimo *Pariconha*: etimologia(s) e significado(s)

Qualquer falante do Português brasileiro contemporâneo, ao ser confrontado com o topônimo Pariconha, terá uma atitude de estranheza e/ou curiosidade quanto a sua origem e seu significado. É de ocorrência única no léxico luso-brasileiro, exclusivo para designar o município sertanejo do estado de Alagoas, configurando o que Dick (1992, p. 46) denominou de unicidade toponímica.

Há duas versões para a etimologia do topônimo *Pariconha*. Segundo uma dessas, sua denominação se deu em razão de uma vasta plantação de ouricuri na região, uma espécie de palmeira que dá um fruto cuja polpa é conhecida como *conha*. Na região central da antiga povoação Fazenda Grande, onde fica a atual cidade de Pariconha, havia ouricurizeiros que davam frutos com duas conhas. Passou-se a chamar o lugar de *Par de Conha* e, por transformações fonéticas, como a vocalização medial, formou-se o sintagma simples *Pariconha*.

Nada havendo sobre a questão nos livros de História de Alagoas, informações estão legadas a trabalhos isolados de historiadores da região. Além dessa, inscrita no histórico do IBGE⁴, a outra versão não chega a divergir completamente da primeira, mas se complementam. Segundo essa segunda versão, o topônimo originou-se da polpa do Ouricuri chamada *conha*. O vocábulo “par” que, na primeira versão, advinha da língua portuguesa, seria, então, corruptela de *pari*, significando “palmeira”. Nos dicionários de língua Tupi, *pari* se apresenta com as

seguintes acepções: para Cunha (1998, p. 229), é ‘canal de tomar peixe’, ‘barragem de madeira, armadilha para apanhar peixe’; para Tibiriçá (1997, p. 94), ‘barragem para facilita a pesca’, ‘pesqueiro’; para Sampaio (1901, p. 260), ‘cercado para apanhar peixe, a caniçada, ou curral de peixe’, improvável uma acepção como ‘palmeira’ oriunda do Tupi.

Diante dessas duas hipóteses, divergentes quanto à origem linguística, à estrutura morfológica. Um dos impasses para a conclusão definitiva sobre o caso configura-se na impossibilidade de tratamento da etimologia de uma lexia não registrada, considerando uma língua indígena não descrita. As comunidades indígenas de Pariconha são todas lusófonas, tal qual seus parentes de Pernambuco, os Pankararu, não havendo registros gramaticais ou lexicográficos.

Quanto à etimologia da lexia Pariconha, a maior hipótese é de que tenha sido originada na língua falada pelos Pankararu⁵, haja vista a fuga de muitos indígenas de Tacaratu para a Fazenda Grande, e corroborada pelos relatos da população quanto à origem da nomeação. Buscamos resgatar informações que minimamente tragam novos fatos linguísticos à baila.

Em entrevista, a professora Dra. e indígena Fábila Fulni-ô (UFAL-Campus do Sertão) – especialista em descrição e análise de línguas indígenas brasileiras, especificamente o Yaathê, língua da etnia da qual descende – afirmou não se saber muito sobre o sistema linguístico da língua dos Pankararu, mas que muitas das palavras reconhecidas como dos Pankararu pertencem ao vocabulário do Yaathê (língua do tronco Jê) nos glossários remanescentes.

Para maiores esclarecimentos, procuramos informações junto à professora Dra. Maria das Dores de Oliveira via *e-mail*, a quem foram feitas as seguintes perguntas: “Gostaria de saber de você quanto às especulações de que a língua pertencia ao tupi. Faz sentido inferir que essa língua pertence ao tronco Kariri, já que este era o mais utilizado pela comunidade ribeirinha do São Francisco [...]”. Quanto às indagações apresentadas, destacamos parte da resposta da professora:

Coletei algumas histórias Pankararu e me foi narrado que algumas famílias migraram para Pariconha por brigas e disputas na comunidade Pankararu. A aldeia eles denominam de “Licuri” e até hoje mantemos estreitas relações com esses parentes. A língua nativa realmente está perdida. E podem ter acontecido muitas coisas difíceis de comprovar e achar o elo perdido (OLIVEIRA, 2016).

Oliveira (2016) ainda adverte que, devido à falta de informações históricas seria imprudente afirmar concretamente sobre sua genealogia linguística. Como a língua do povo Pankararu foi apagada antes que pudesse ser descrita, o que restou foram empréstimos linguísticos viabilizados por contatos entre vários grupos indígenas, como é o caso do Yaathê, mencionado pelas professoras entrevistadas.

Nesse sentido, o que podemos fazer é levantar algumas hipóteses e investigá-las até onde seja possível. É o que fez Pinto (1952) quando estudou os costumes da comunidade indígena Pankararu, em Tacaratu-PE, e para confrontá-los com os costumes das etnias Jê, a fim de apontar a possibilidade de que o povo Pankararu descende dessa etnia”. Sua conclusão foi que

Quase todos os traços culturais dos Pankararu [sic], aqui destacados, parecem indicar que essas populações primitivas de Pernambuco pertencem ao grupo dos Gê ou tapuias: a habitação arcaica, o uso do catre, a ausência de tecelagem, a cordoaria, a olaria pobre, a agricultura em pequena escala, a técnica de emplumação, as dansas, o vestígio dos casamentos infantis. Linguisticamente, as conclusões não se orientam em idêntico sentido, pois são poucos os vocábulos gêês que sobreviveram à fusão. Esse fato, entretanto, não invalida a minha teoria, porquanto os Borun, que são Gê, adotaram, no dizer de Paul Rivet, a língua dos tupis; igual fenômeno teria ocorrido com algumas tribos Guayana (Azara) e com os Tape (Teschauer). Nordenskiöld descobriu que a língua primitiva dos Chané era a dos Arawak e que, pela cultura, os Tapieté estavam filiados aos Matacos. Tanto os Chané,

como os Tapieté, são hoje tribos guaranizadas. Os Miránya, enfim, possuem uma infinidade de palavras pertencentes a outros idiomas. Assim poderia, também, ter acontecido com os Pankararu (PINTO, 1952, p. 20).

Como observamos, o pesquisador investiga vários aspectos da vivência dos Pankararu, como religião, costumes, danças, etc, e nota que muitos deles e a ausência de outros aspectos são fortes indícios de que essa etnia indígena descenda da etnia Jê. Porém, quanto à língua, Pinto (1952) não consegue confirmar tal ascendência, por serem poucas as informações sobre a etnia Jê, bem como por algumas palavras presentes entre os Pankararu serem de origem Tupi, a exemplo de *jaci* (lua), *guaraci* (sol), *Tupã* (Deus), *pitiera* (beijo) etc (OLIVEIRA, 2016). Contudo, a estudiosa enfatiza que esse fato não inviabiliza sua teoria da ascendência, pois muitos grupos eram de uma determinada etnia, mas falavam a língua de outros povos, e, para Pinto, pode ter acontecido o mesmo com os Pankararu oriundos de Tacaratu-PE.

Voltando à primeira versão encontrada para a etimologia de *Pariconha*, temos um topônimo híbrido, *Par de Conha*, contendo um numeral e uma preposição em língua portuguesa acrescido da lexia indígena *conha*, segundo Miranda (1942, p. 93), que significa gêmeos, juntos, pegados, unidos.

Com relação ao vocábulo *pari*, citado sobre uma possível motivação paralela a oficial, a professora Fábria Pereira afirma que o povo Fulni-ô usa a palavra *pari* para designar as palhas do ouricuri, utilizadas para a confecção de artesanatos. Porém, a professora salienta que essa lexia não pertence ao Yaathê, uma vez que tal língua não possui vibrantes no seu sistema fonético-fonológico.

Em suma, as duas versões convergem quanto à etimologia da lexia indígena *conha*. A diferença é se os denominadores do lugar o português juntamente com a língua geral, chamando o fruto do ouricuri de *par de conha*, devido à polpa ser sempre gêmea, ou se o nomeador, estava referenciando o lugar, pela palmeira, o ouricuri-zeiro, cujo fruto possuía uma polpa chamada de *conha*, que se localizava na região de Fazenda Grande.

Sumariamente, percebemos que, apesar dessa divergência quanto à etimologia da aprte inicial do elemento específico do topônimo, a motivação da flora local – plantação de ouricuri cujos frutos tinham polpas gêmeas – se mantém em ambas as versões etimológicas. Além disso, considerando o estudo de Pinto (1952) e as informações colhidas nesta pesquisa, não podemos tomar como absurdo o argumento de que *Pariconha* tenha, em sua morfologia, um étimo tupi, mas que é real e provável a origem jê para essa lexia.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo valeu-se da pesquisa bibliográfica para descrever as motivações toponímicas do *corpus* e, por meio de pesquisa de campo, com registros fotográficos e relatos orais de sujeitos das referidas localidades, para coletar dados semânticos e sociohistóricos adicionais acerca desses topônimos.

Informações oficiais e atualizadas a respeito das localidades rurais do município, como história do lugar, tempo de existência, lei de criação oficial do povoado – como decretos-lei, plano diretor, mapas etc. – apresentaram-se exíguas, especialmente considerarmos a padronização desses dados. Foram feitas visitas ao IBGE, à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Pariconha. Contudo, pouco nos foi fornecido – procuramos essas informações na Prefeitura por três vezes, bem como nos setores de educação, saúde, infraestrutura, tributos e agricultura, além da biblioteca da cidade. Por se tratar de um município pequeno do sertão alagoano, não encontramos relatos de descrições de viajantes de períodos pretéritos, tampouco há menções pormenorizadas nos manuais de História ou de Geografia de Alagoas.

Após explanarmos os objetivos de nossa pesquisa, tivemos melhor sorte na Secretaria Municipal de Agricultura (SMA), onde conseguimos: i) uma lista de povoados elaborada pelo IBGE; ii) três leis de elevação de povoado para distrito; iii) uma lista em formato digital descrevendo os logradouros da cidade, a história da cidade, bem como uma lista dos povoados, fornecida oralmente pelo então Secretário de Agricultura, o Sr. Arator Araújo⁶. Gentilmente este gestor nos ofereceu um servi-

dor dessa secretaria para nos conduzir aos povoados em um veículo oficial, uma motocicleta Honda⁷ 125cc, para nos guiar durante as primeiras visitas *in loco*, o que foi imprescindível, considerando a quantidade elevada e o difícil acesso a algumas dessas comunidades rurais⁷.

Do confronto de informações, percebemos a ausência de informações, a imprecisão quanto ao número de topônimos quanto à divisão administrativa das localidades em questão – não raro nos deparamos com uma aglomeração classificada como povoado numa lista, mas registrada como sítio ou distrito noutra. Quanto à divisão político-administrativa de Pariconha, o cotejo de dados acerca dos acidentes humanos rurais – tão fidedignos e atualizados quanto possíveis – expõe que as listas disponibilizadas pelo IBGE e pela Secretaria de Municipal de Agricultura de Pariconha demonstram incongruências acerca do número e do *status* das aglomerações como distritos, povoados, sítios e fazendas. Com as visitas *in loco*, acabamos por registrar a existência de comunidades rurais não listadas nas fontes oficiais, tais como *Fontinha* e *Lagoa Preta*.

Como esperávamos, a insuficiência de registros documentais requereu o uso de pesquisa de campo, em busca de confrontar os dados escritos com fontes orais, estes considerados testemunhos da realidade local como um importante instrumento para a investigação toponímica. Apresentaremos, a seguir, questões metodológicas acerca da pesquisa de campo.

4.1 A seleção de colaboradores e o registro de dados da pesquisa de campo

Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa de campo, destacamos que a principal técnica de coleta de dados foi a entrevista para coleta de relatos orais. Norteamo-nos pelos postulados da História Oral (MEIHY; RIBEIRO, 2011) e, ao todo, realizamos entrevistas junto a 83 (oitenta e três) sujeitos-colaboradores das comunidades rurais das localidades listadas no Quadro 1. Utilizamos o termo *colaborador* para os sujeitos da pesquisa, tal qual proposto por Meihy e Ribeiro (2011), por entendermos a impossibilidade obter os mesmos resultados por outros meios. Na pesquisa *in loco*, sempre que possível, buscamos o seguinte

perfil para esses: moradores “sedentários” – nascidos na região ou, pelo menos, com algumas décadas como residentes no local –, com uma faixa etária preferencialmente mais velha, independente de seu gênero.

Os colaboradores desta pesquisa tinham quase exclusivamente acima de 40 anos, excetuando-se aqueles das comunidades *Rolas*, *Marcação*, *Corredores* e *Fontinha*. Mesmo entre esses, o critério do sedentarismo foi respeitado, sendo todos nativos da região rural sertaneja. Quanto ao número de colaboradores, estipulamos de um a três para cada localidade, considerando tanto a busca por maior representatividade, amplitude e convergência/divergência de dados quanto a premissa de que fontes orais não devem ser tomadas como verdade histórica incontestada, mas comparadas, ao máximo, com a história local, verificadas em mapas e confrontadas com outras fontes documentais.

Os dados orais foram coletados em blocos de nota e gravados em áudio em um aparelho celular *Microsoft Lumia 535* e sua transcrição grafemática integral está em Aragão (2017), tal qual recomendam Meihy e Ribeiro (2011, p. 107-110).

As entrevistas basearam-se no roteiro listado em Almeida (2012). Esses colóquios partiam, tão mais quando possível, de conversas informais, de modo a deixar os colaboradores à vontade. A cada entrevistado era solicitado, uma fatura de água ou energia como comprovante de residência, e quando da impossibilidade de fornecimento desses documentos, fotografamos placas de identificação das localidades, especialmente em caixas d'água, cujo procedimento foi relevante para registrar a grafia desses topônimos.

Ao procedermos com essas entrevistas, deparamo-nos com alguns fatos que merecem destaque. Quando da abordagem inicial a potenciais colaboradores, muitos justificavam que estavam “na roça trabalhando”, o que, não raro demarcava a recusa à entrevista. Percebemos também um fenômeno de natureza psicossocial-ambiental: o alto índice de falta de memória dos idosos da região, decorrendo em pouco potencial de colaboração, quando da seleção de relatos orais nas localidades. Ao

serem perguntados acerca da existência de colaboradores com o perfil pré-estabelecido, recebemos diversas respostas do tipo “*Tem (nome do sujeito), mas ela já não está falando coisa com coisa*”.

Mesmo diante das advertências, o contato com tais sujeitos por vezes promovia ao florescer de fatos sociohistóricos inéditos, como foi o caso, por exemplo, do Sr. J. M., 85 anos, do Povoado *Tabuleiro*. Noutros casos, alguns colaboradores acabavam “cansando” da conversa, como a Sr.^a A. M., de 86 anos, do Sítio *Corredores*, que se mostrou irritada após poucos minutos de entrevista. Noutros casos, nem chegamos a proceder com a entrevista em si, pois a própria família informava que “não adiantaria muito”. Também tivemos algumas entrevistas inutilizadas, por alguns colaboradores terem tido receio de responder às perguntas ou acharem que isso iria prejudicá-los(as) – mesmo após procedermos com o protocolo de apresentação dos objetivos da pesquisa, informando sobre o sigilo da identidade e a ausência de danos e vazamento dos relatos da entrevista.

Outros, possivelmente com vergonha de “falar errado para o povo da faculdade”, como a entrevista junto a M. G., de 77 anos, do povoado *Vieira Moxotó*, que nos relatou não conhecer a história da localidade. No entanto, o colóquio com a sua sobrinha, L. G., de 46 anos, esta nos relatou diversos dados úteis acerca do povoamento e da motivação toponímica daquela localidade, informando que tais informações haviam sido repassadas por sua tia M. G..

Por fim, esta pesquisa de campo permitiu-nos constatar também uma questão de caráter memorialista: com a parca documentação oficial sobre a toponímia das localidades, a coleta de relatos junto a essas testemunhas orais acaba por se tornar a única “verdade histórica” quanto ao processo de povoamento e à motivação denominativa do *corpus*, fato certamente comum a diversas comunidades rurais do território nacional. Após a experiência vivida por meio da pesquisa de campo, podemos afirmar, com poucas ressalvas, que o falecimento de um parceiro desses colaboradores promoveria o “apagamento” da única fonte de memória coletiva passível de registro sobre o processo de povoamento dessas localidades.

A seguir, descrevemos e analisamos quali-quantitativamente os dados, considerando a taxonomia toponímica proposta por Dick (1990) e o diálogo interdisciplinar com a Geografia Física, por exemplo.

5 APRESENTAÇÃO DO CORPUS E DISCUSSÕES QUALI-QUANTITATIVAS

Nesta seção, descrevemos e analisamos os resultados quali-quantitativos concernentes ao *corpus* toponímico.

Inicialmente, percebemos incongruências de diversas ordens entre as fontes escritas sobre as comunidades rurais pariconhenses. Na lista do IBGE, encontramos diferenças entre fazenda, sítio, povoado e aldeia, bem

como o não registro de alguns topônimos inseridos na lista oficial da Prefeitura Municipal. Para melhor organização dos dados, elaboramos o Quadro 1, para o planejamento da pesquisa de campo, com um registro extensivo dos dados de ambas as listas acerca das comunidades rurais do município, cuja intersecção contabilizou um total de 37 topônimos.

No Quadro 1 a seguir, catalogamos informações extensivas sobre o *corpus* toponímico de natureza física das comunidades rurais de Pariconha, considerando os dados coletados nas duas fontes documentais oficiais, IBGE (2010) e SAP (2016), bem como analisamos tais dados toponímicos sob o enfoque teórico-metodológico mencionado.

Quadro 1 – Descrição toponímica das aglomerações humanas de natureza física em Pariconha

Topônimo	Taxonomia	Elemento geográfico		Pesquisa de Campo	Topônimo Anterior	Topônimo Paralelo
		IBGE (2010)	SAP (2016)			
Aguiadas	Zootopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Alto da Saudade	Geomorfotopônimo	Sítio	-	Não	-	-
Araticum	Fitotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Boi Morto	Zootopônimo	Fazenda, Sítio	Sítio	Sim	Os Pandé	-
Burnil	Hidrotopônimo	Fazenda, Sítio	Povoado	Sim	-	-
Cachoeira Moxotó	Hidrotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Caldeirão do Cachorro	Hidrotopônimo	Sítio	-	Sim	Caldeirão	-
Campinhos	Geomorfotopônimo	Povoado	Distrito	Sim	-	-
Campo do Urubu	Geomorfotopônimo	Sítio	-	Sim	Campo Novo	-
Capim	Fitotopônimo	Povoado	-	Sim	-	-
Caraibeiras dos Teodósios	Fitotopônimo	Povoado	Distrito	Sim	-	-
Campinhos de Baixo	Geomorfotopônimo	Sítio	-	Não	-	-
Fontinha	Hidrotopônimo	Fazenda	Sítio	Sim	-	-
Juazeiro	Fitotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Lagoa Preta	Hidrotopônimo	Fazenda	Sítio	Sim	-	-
Lagoa da Jurema	Hidrotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Malhada Vermelha	Zootopônimo	-	-	Sim	Malaquias	-
Melancia	Fitotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Mosquita	Zootopônimo	Sítio	-	Sim	-	-
Ouricuri	Fitotopônimo	Povoado	Distrito	Sim	-	-
Pariconha	Fitotopônimo	Distrito-sede	Distrito-sede	Sim	Fazenda Grande	-
Pé de Serra	Geomorfotopônimo	-	Sítio	Sim	-	Afogador
Poço da Areia	Hidrotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Queimadas	Igneotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Rolas	Zootopônimo	Povoado	Sítio	Sim	-	Luciano
Serra Alto das Mangueiras	Geomorfotopônimo	Sítio	-	Sim	-	-
Serra Baixa Verde	Geomorfotopônimo	Sítio	-	Sim	-	-
Serra da Jurema	Geomorfotopônimo	Sítio	-	Sim	-	-
Serra do Engenho	Geomorfotopônimo	Sítio	-	Sim	-	-
Serra do Fogo	Geomorfotopônimo	Sítio	-	Não	-	-
Serra dos Vitórios	Geomorfotopônimo	Sítio	-	Sim	-	-
Serrote dos Ovos	Geomorfotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Serra Malaquias	Geomorfotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Serra Pajeú	Geomorfotopônimo	-	Povoado	Sim	-	-
Tabuleiro	Geomorfotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Verdão	Cromotopônimo	Povoado	-	Sim	-	-

Fonte: IBGE (2016); SAP (2016); Dados da pesquisa.

O Quadro 1 abrange dados de caráter multidisciplinar: o topônimo propriamente dito, conhecido como elemento específico; a taxa toponímica de cada topônimo do *corpus*, considerando a proposta de Dick (1990); catalogação do elemento genérico (divisão antrópica) de cada aglomeração rural registrada nas fontes oficiais (IBGE, 2010; SAP, 2016) – sítio, fazenda, povoado ou distrito-sede; registro se houve ou não visita *in loco*/ notas de relatos orais em cada comunidade; descrição, por meio dos depoimentos dos sujeitos-colaboradores, de denominações anteriores e variação toponímica, respectivamente.

Esta catalogação permitiu a análise e interpretação dos dados numa abordagem quali-quantitativa. Como primeiro dado analítico, destacamos a predominância de topônimos de motivação física, comparado aos topônimos de natureza antropocultural, como exposto no Quadro 2. São 36 (78,3%) para o primeiro grupo contra 8 (17,4%) para o segundo, confirmando nosso pressuposto de que a toponímia rural tende a ser mais espontânea e reflexo do ambiente físico circundante, como a topografia, a fauna, a flora e os cursos d'água. Também registramos 2 (4,3%) topônimos sem classificação toponímica, dada a inconsistência dos dados.

O Quadro 2 a seguir, com a mesma configuração na catalogação dos dados da pesquisa, também abarca os topônimos *Croazao* e *Geripankó*, de taxonomia não classificada pela impossibilidade de resgate de informações etimológicas.

Percebemos que alguns topônimos inscritos das duas listas oficiais, quando da pesquisa de campo, não funcionavam como 'topônimos primários' para identificação do local, mas como topônimos paralelos, como o caso de *Quixabeira*, tomado pelos moradores como topônimo paralelo do Povoado *Marcação*. O cotejo das listas de acidentes humanos rurais – IBGE (2010) e SAP (2016) – totalizou a pesquisa de campo junto a 39 nomes de localidades, cujos topônimos constituem o *corpus* da pesquisa, a saber: 35 referem-se a sítios ou povoados, além de três distritos rurais e o distrito-sede, Pariconha. Das comunidades registradas, procedemos com a visita *in loco* em 38 das 46 (82,6%), sendo que não conseguimos proceder com a pesquisa de campo em sete delas, a saber: *Estrada do Saco*, *Estrada Povoado Luciano Para Tanque*, *Campinhos de Baixo*, *Serra do Fogo*, *Alto da Saudade*, *Croazao* e *Terra Indígena Geripankó*.

Alguns topônimos apresentam mais de uma característica do lugar em sua estrutura composta, pois considerando o sintagma toponímico, a territorialização da região está cristalizada na rede toponímica: as famílias mais antigas ou tradicionais, como em Serra dos *Vitórios*, *Caraibeiras dos Teodósios*, *Serra Malaquias*, *Vieira Moxotó* e *Corredores Queiroz*.

Contudo, como delimitamos nosso objeto de investigação aos topônimos de natureza física, os topônimos aos quais nos deteremos daqui em diante são os do primeiro quadro.

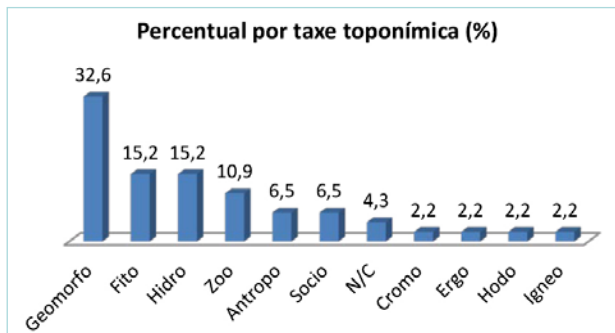
Quadro 2 – Aglomerações humanas pariconhenses de natureza antropocultural ou sem classificação

Topônimo	Taxonomia	Elemento geográfico		Pesquisa de Campo	Topônimo Anterior	Topônimo Paralelo
		IBGE (2010)	SAP (2016)			
Corredores	Hodotopônimo	Sítio	Sítio	Sim	Corredores Queiroz	-
Croazao	N/C	Fazenda	-	Não	-	-
Estrada do Saco	Sociotopônimo	Sítio	-	Não	-	-
Estrada Povoado Luciano Para Tanque	Sociotopônimo	-	Sítio	Não	-	-
Figueiredo	Antropotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-
Geripankó	N/C	Terra Indígena (Aldeia)	-	Não	-	-
Maria Bode	Antropotopônimo	Povoado	Sítio	Sim	-	-
Marcação	Sociotopônimo	Povoado	Sim	-	Mocó/ Quixabeira	-
Tanque	Ergotopônimo	Povoado	Sim	Riacho Mata Sapo	-	-
Vieira Moxotó	Antropotopônimo	-	Sítio	Sim	-	-

Fonte: IBGE (2016); SAP (2016); Dados da pesquisa.

Inicialmente, apresentamos o Gráfico 1 que abrange os percentuais do *corpus* de natureza física.

Gráfico 1 – Quantificação do *corpus* por taxa toponímica



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O Gráfico 1 indicou quais as principais taxas para o *corpus*, considerando a natureza semântica do primeiro vocábulo do sintagma toponímico (DICK, 1990) ao tentar compreender aspectos entre homem e ambiente por meio da língua(gem), tomando-se o *corpus* toponímico. Depreendemos uma grande incidência de geomorfotopônimos (15), cujas nomeações descrevem as características da geomorfologia da região, sendo que sete são descrições das serras do município, além de um Serrote e um pé de Serra, haja vista a localização geográfica do município.

]A segunda taxa toponímica mais frequente no *corpus* foi a de hidrotopônimos (7), que referenciam os recursos hidrográficos do município, representando majoritariamente fontes de mineração da região. Os topônimos que representam a flora local também foram significativos, sete (7) fitotopônimos, os quais refletem a vegetação típica do sertão, como o juazeiro, o Ouricuri e o araticum.

Os demais topônimos abrangem percentuais menores, como zootopônimos (5), cromotopônimo (1) e igneotopônimo (1), considerando a sugestão taxionômica de Carvalho (2010, p. 149) acerca de topônimos que se referem ao fogo, abrangendo todos os produtos resultantes de sua ação direta, como é o caso do acidente antrópico *Queimadas*.

Estas porcentagens ratificam que a nomeação dos acidentes humanos da zona rural tem ocorrido espon-

taneamente, sobre o qual Dauzat (*apud* DICK, 1990, p. 56) esclarece: “o procedimento mais natural é o de designar o lugar a partir de uma de suas particularidades geográficas mais marcantes”.

Dividimos as seções a seguir por sua motivação toponímica, sequencialmente: *geomorfotoponímicas*, *hidrotoponímicas*, *fitotoponímicas*, *zootoponímicas* e *cromotoponímicas*, de modo a descrever e analisar os topônimos qualitativamente. Para ratificação e validação dos argumentos, além de excertos das falas dos sujeitos-colaboradores da pesquisa, dispomos diversos registros fotográficos feitos *in loco* pela autora principal da pesquisa quando das visitas de campo.

5.1 Motivação geomorfotoponímica

Como destacado, avulta no *corpus* o caráter geomorfotoponímico. A principal estrutura toponímica para o termo específico desses povoados/sítios/distritos é o sintagma [*Serra (de) + segunda parte do termo específico*]. A escolha paradigmática da lexia *Serra* acaba por se relacionar à topografia da região, inserida na microrregião serrana do sertão alagoano. O relevo parico-nhense destacam uma

superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas. Elevações residuais, cristas e/ou outeiros pontuam a linha do horizonte. [...] O restante da área do município está inserida na unidade geoambiental do Planalto da Borborema (cerca de 45%), formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros, apresentando relevo geralmente bastante movimentado, com vales profundos e estreitos.⁸

Por entendermos que a multiplicidade dessa tipologia denominativa expõe a própria configuração topográfica da região nomeada, destacamos exemplos que comprovam esse argumento a seguir, listando cada um dos geomorfotopônimos do *corpus*.

O primeiro deles é um dos maiores da cidade, o Povoado *Campinhos*, cujos primeiros habitantes desbravaram o espaço inabitado e até então totalmente coberto pela vegetação local. Segundo o colaborador R. G., 60, ao limpar a vegetação nas proximidades das construições de suas casas, aqueles faziam pátios (*campinhos*) – que os moradores chamam de “um limpo” – para criar seus animais. Quando esses moradores iam buscar seus animais (caprinos, equinos, dentre outros), procuravam nos “campinhos”. A repetição a essa referência acabou tomada coletivamente, passando a designar a localidade. Esses *campinhos* já não mais existem, tendo esses “campinhos” sido substituídos por casas de alvenaria.

O sítio *Campo do Urubu*, outrora denominado *Campo Novo*, tem uma dupla motivação: topográfica e zootoponímica.

Figura 2 – Registro in loco do Sítio Campo do Urubu.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Os próximos exemplos expõem uma estrutura toponímica recorrente no *corpus*: o elemento genérico *serra* como motivador para a denominação das aglomerações humanas estudadas: são sítios e povoados cuja referência é o relevo da região.

Quanto ao Sítio Pé de Serra, a expressão toponimizada *pé da serra* remete ao portal da localidade, destacando ser esse sítio o início da Serra do Simão, como ilustra a Figura 3. Porém, registramos do cotejo de faturas de eletricidade junto à colaboradora M.S., de 84 anos, que este local costuma ser conhecido como *Afogador*, nomenclatura inexistente nas duas listas oficiais descritas, expondo a inconsistência entre os dados oficiais e

a enunciação real da nomenclatura geográfica. Ainda segundo esta colaboradora, as casas que se afastam do pé da serra fariam parte do *Afogador*.

Figura 3 – Registro do Sítio Pé de Serra / Afogador



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

O Sítio *Serra Alto das Mangueiras* transparece características da geomorfologia e a flora em sua nomenclatura. Como observamos nas Figuras 4, 5 e 6, esse configura-se como um topônimo transparente semanticamente. Registramos que a menção ao topônimo ocorre como *Alto das Mangueiras*, elipsando o termo *Serra*.

Figura 4 - Estrada para o Sítio Serra Alto das Mangueiras



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Essa imagem permite identificar a associação entre as lexias *serra* e *alto*, pelo aclave da topografia serrana, cuja perspectiva do denominador é apresentada no adjetivo *alto*.

O Sítio *Serra Baixa Verde* pode ser entendido em paralelo ao topônimo destacado anteriormente, por expor a visão do denominador acerca da altitude da localidade. Tal qual o Sítio *Serra Alto das Mangueiras*, numa visão imediatista, o adjetivo ‘baixo’ demarcaria a pouca altitude dessa aglomeração.

Sua motivação realmente reflete o relevo da localidade – para chegar à entrada desse sítio, é preciso subir por

uma estrada de barro, de onde se pode ver a depressão topográfica na ‘Baixa Verde’. A Figura 5 retrata o início do declive para a Serra Baixa Verde.

Figura 5 - Caminho que leva ao Sítio Serra Baixa Verde



Fonte: Arquivo Pessoal (2016).

Comprovamos que a localidade se encontra em uma região que, mesmo estando no topo da serra, possui uma parte que é tão declinada que, do alto da serra, tal qual demonstra a Figura 5, sequer conseguimos enxergar as casas daquele sítio. A semântica do topônimo permite perceber uma relação da referida serra esverdeada com a topografia da localidade. Pelo difícil acesso à localidade, as famílias que moravam lá deixaram o lugar, migrando para os sítios *Serra Alto das Mangueiras* ou *Serra da Jurema*.

Esta última denominação inscreve, ao contrário do que se possa imaginar à primeira vista, além da marca do relevo da região, de acordo com a Sr.^a M. P., de 78 anos, uma motivação fitotoponímica da região: a abundância de juremas. Esta planta, com uma multiplicidade de usos no nordeste do Brasil, “tais como medicinal e xamânico, este último especialmente em rituais indígenas e religiões populares, como o Catimbó” (JUREMA, 2018), tem o seguinte étimo:

JUREMA Var[iantes]. *jerema*, *gerêmma*. Planta da família das leguminosas. 1782 F. A. Sampaio *História dos Reinos Vegetal, Animal, e Mineral do Brazil* I, vii. 132: “Hé a Jerema huma Arvore de mediana altura; o seo tronco de huma substancia compacta, e dura, coberto com huma casca alguma couza groça, e toda espinhosa, cujas pontas

sam agudas, e voltadas á semelhança dos espinhos da Silva de Portugal; [...] 1817 CASAL *Corografia Brazílica* I. 107: A *Gerêmma* he uma arvore pequena espinhoza, de folha pinulada, e miudíssima, que fecha diariamente ao pôr do sol: a flor imita a do castanheiro; o fructo he uma vagem; do seu lenho se faz carvão para as forjas (CUNHA, 1998, p. 185).

Por meio da Figura 6, observamos ambas as motivações denominativas: no plano de fundo há a Serra da Jurema, enquanto, no plano central, registramos a *Mimosa hostilis*, popularmente conhecida como jurema.

Figura 6 – Registro, em primeiro plano, de uma jurema na região da Serra da Jurema.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Foi-nos relatado que uma das primeiras moradoras, a Sr.^a Lica, sobre quem não temos maiores informações, havia sido apelidada de *Lica da Jurema*. Esta prática denominativa é frequente em diversos contextos sociais, demarcando a naturalidade ou residência do indivíduo por meio da construção genitiva *de*: [antropônimo/apelido + *de(o)(a)* + topônimo].

O *Sítio Serra do Engenho*, ao contrário do que se apresenta aprioristicamente para o estado de Alagoas, marcado pela cultura da cana-de-açúcar, não tinha (ou tem) um engenho de cana-de-açúcar na região. A motivação denominativa dessa comunidade é tributária da serra homônima. Segundo M. A., 78, há algum tempo – não conseguimos obter um período aproximado –, havia um criatório de abelhas na região e, conseqüentemente, havia muito mel de abelha. Esse fato provocou uma associação do mel de abelha com o mel da cana-de-

-açúcar feito nos engenhos. Não conseguimos registrar atividades de apicultura na visita *in loco*, mas o Relatório Econômico do IBGE atesta a produção e venda de um montante de 500 kg de mel de abelha em Pariconha (IBGE, 2018).

Serra (do) Pajeú é o topônimo de um sítio/povoado localizado no ponto de maior altitude de Pariconha. Das comunidades rurais da região serrana do município, a Serra do Pajeú – também pronunciada /Pejeú/ por alguns nativos – foi a única na qual não conseguimos chegar ao cume, por ser muito íngreme, dificultando o acesso via carro, sendo também perigoso para ser percorrido por motocicleta.

Neste povoado, entrevistamos S.P., 56, em companhia de sua filha e sua nora, que não souberam informar a respeito da motivação toponímica. No sítio vizinho, a *Serra do Engenho*, o A. A. F., 79, informou que, apesar de não ser natural da Serra do Pajeú, seus pais possuíam propriedade no lugar, tendo demonstrado muito conhecimento sobre a região. Em seu depoimento, afirmou que o povoado Serra do Pajeú servia de esconderijo para ele e colegas de partido político durante o período de Ditadura Militar (1964-1985), tendo passado “muito tempo por essa serra”. Este relatou a existência de uma fonte chamada Pajeú no pico da Serra Pajeú, próximo à Fonte Ouricuri.

A confirmação da existência da Fonte Pajeú se deu quando da revisita *in loco* ao Distrito Ouricuri. Em nova conversa com o Sr. G. M., 83, este relatou nova informação: a fonte e a serra seriam assim denominadas por causa de uma grande árvore de nome Pajeú, localizada às margens desses acidentes. Infelizmente, não conseguimos registrar fotografias da fonte Pajeú. Segundo Navarro (2013, p. 590), essa lexia “deriva do tupi antigo *paíé’y*, que significa ‘rio dos pajés’, através da composição de *paíé* (pajé) e ‘y (rio)” e a árvore pajeú, de nome científico *Triplaris gardneriana*, da família dos *Polygonaceae*, é comum em todo o sertão nordestino.

Por este motivo, é quase improvável que haja uma relação entre este e o rio imortalizado pelo “Rei do Baião” Luiz Gonzaga na canção Riacho do Navio, no excerto “Riacho do Navio corre pro Pajeú / O rio Pajeú vai despejar no São Francisco / O rio São Francisco vai bater no mei do mar” (DANTAS; GONZAGA, 1959).

Uma variante topográfica de uma serra é o serrote, cuja lexia está inscrita no topônimo *Serrote dos Ovos*, comunidade rural localizada na região do Rio Moxotó, próximo à estrada que dá acesso a este sítio há um serrote (pequena serra). A lexia *ovos* será discutida na seção referente à motivação zootoponímica (5.4).

Quanto ao Sítio *Tabuleiro*, os dois colaboradores entrevistados não souberam informar sobre a motivação toponímica. A pesquisa de campo neste sítio, aliás, se configurou difícil, pois diversos potenciais colaboradores estavam “na roça”. Porém, mesmo que não confirmadas por fontes orais, parece que este topônimo referencia o relevo da região. Algumas das acepções para o substantivo *tabuleiro* são, conforme Houaiss (2017): “Regionalismo: Nordeste do Brasil. faixa de terra com poucas árvores ou arbustos; terreno pouco elevado de solo arenoso e vegetação rarefeita”.

Outro topônimo do *corpus* motivado por uma formação geológica é *Caldeirão do Cachorro*, um sítio onde moram algumas dezenas de pessoas. Atualmente boa parte dos proprietários de casas da localidade mora na zona urbana de Pariconha, servindo essa comunidade basicamente para o criatório de animais.

Um desses comutadores é o colaborador A. G., de 47 anos, cuja família possui terras na localidade há anos, que diariamente vai à comunidade alimentar seu rebanho. Este relata que a motivação toponímica remete à existência de muitos caldeirões nas pedras, espécies de bacias de água que se formam nas rochas. Para ilustração do que sejam caldeirões, destacamos as Figuras 7 e 8 a seguir.

Figura 7 – Caldeirão no Sítio Caldeirão do Cachorro



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 8 – Caldeirão no Sítio Caldeirão do Cachorro



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

A colaboradora M. G, 53, relatou que anteriormente o lugar era chamado apenas de *Caldeirão*. Entretanto, “certa feita” um cachorro foi beber água em um dos caldeirões, colocou a cabeça em uma dessas pequenas cavernas – como observamos nas figuras acima –, ficou preso e depois morreu. Depois desse episódio, cuja data não nos foi relatada, o lugar ficou conhecido como *Caldeirão do Cachorro*.

Ambos os colaboradores destacaram que, dada à profundidade desses caldeirões, o local é muito perigoso

para o trânsito de animais. A. G. relatou, inclusive, que certa vez seu sogro perdeu uma novilha que tinha ido beber água num desses caldeirões, mas escorregou e não conseguiu de lá sair.

Descritos os exemplos de motivação topográfica, no item a seguir, destacamos os topônimos de motivação hídrica, de modo a podermos descrever e analisar aspectos dos cursos d’água da região por meio da nomenclatura geográfica.

5.2 Motivação hidrotoponímica

O homem tem universalmente construído suas aglomerações norteados por cursos d’água. “A expressão referencial hidrográfico ou hidrotoponímico demarca os rios e ribeirões da cidade [que] são usados como elementos indiciais, que favorecem o seu aproveitamento na nomenclatura”, de modo que “o que sempre se nota a respeito de um curso d’água, o seu nome transferindo-se para o acidente antrópico que lhe está próximo” (DICK, 1997, p. 208 e 209). Esta prática denominativa é recorrente no *corpus*, como poderá ser visto nos exemplos a seguir.

O primeiro em destaque é *Burnil*, topônimo de uma fazenda/sítio/povoado pariconhense. Há, nessa localidade, uma fonte antiga que mina água constantemente. Neste povoado, habitam os membros da comunidade quilombola de Burnil, porém não há noção sobre quem tenha(m) sido o(s) denominador(es) – escravos, seus descendentes ou outro grupo étnico.

Costuma-se chamar a fonte de *Burnil de água*, sendo a primeira lexia pronunciada /bur’nili/, fenômeno fonético conhecido como paragoge, quando ocorre o acréscimo de fonemas ao fim de um vocábulo, comum a produções fonéticas no português popular do sertão nordestino, tal como em *sol /’soli/* e *sal /’sali/*.

Por não encontramos este verbete em dicionários etimológicos ou mesmo em pesquisas na *internet*. Esse topônimo se configura opaco: seu étimo é de difícil reconhecimento morfológico ou mesmo da identificação de seu estrato linguístico.

As Figuras 9 e 10 destacam a Fonte (do) Burnil, quando da visita *in loco* em 2016.

Figuras 9 e 10 - Fonte do Burnil.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Segundo o senhor E G., 71, tal fonte foi um importante subsídio para aquela população quando de uma seca na década de 1970. Hoje, entretanto, sua água serve apenas para os animais e, às vezes, para a lavagem de roupas.

O Sítio *Cachoeira Moxotó* apresenta motivação hídrotponímica por meio da lexia cachoeira, cuja nomeação remete a metaforização de que, em tempos de fortes chuvas, a grande queda d'água formada próximo às casas dos moradores alude a uma cachoeira, segundo A.S., de 48 anos. Segundo ele, “era tão forte a água que as pessoas escutavam das suas casas o barulho da água caindo” e, devido ao desmatamento na região, que acabou com as matas ciliares, a areia acabou cobrindo a região onde se formava a referida “cachoeira”. Isso permite afirmar que não há ou havia, na região, uma cachoeira, de fato.

O segundo elemento do topônimo específico remete a um curso d'água da região, o Rio Moxotó. Em toda a região, havia muitos riachos que desaguavam nesse curso d'água, muito dos quais se encontram totalmente secos, constituindo afluentes intermitentes. Mais uma vez contabiliza-se uma aglomeração humana formada pela translação toponímica de um curso d'água, como em Rio *Moxotó* > *Cachoeira Moxotó* > Sítio *Cachoeira Moxotó*.

O topônimo *Fontinha* é um pequeno sítio próximo ao Povoado Burnil. Recebeu esse nome devido a uma pequena fonte de minação na localidade. Segundo R. S., 27 anos, essa fontinha foi encontrada no terreno de uma antiga moradora da região, Dona E. M.. Essa senhora ainda encontra-se viva, segundo os colaboradores, mas mudou-se para outra cidade após vender a propriedade em destaque na Figura 11. O terreno onde fica localizada a fonte é de propriedade privada, e como não há moradores e o local encontra-se fechado, apenas foi possível fotografar o local à distância.

Figura 11 - Ruínas da casa no terreno da fonte que deu nome ao Sítio Fontinha.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Em zonas como o semi-árido, as fontes demarcam um espaço de sobrevivência e de encontro da comunidade, sendo um marco hídrico coletivo importante. Mesmo que não tenha sido possível registrar o referente toponímico – a pequena fonte – na visita *in loco*, a motivação hídrica se constitui transparente, tendo havido a toponimização do substantivo feminino *fonte* em seu grau diminutivo.

A lexia *lagoa* constitui dois topônimos rurais do corpus: *Lagoa da Jurema* e *Lagoa Preta*. Segundo relato de J. F. S., 71, o Sítio *Lagoa da Jurema* recebeu esse nome “porque nessa lagoa ‘toda vida’ teve jurema”. Assim, avultou, no depoimento desse colaborador, a motivação fitotoponímica, não a hídrica. Na visita *in loco* não foi possível registrar este curso d’água, mas se constatou a presença de muitas juremas, como atestamos na Figura 12.

Mais uma vez a jurema (*Mimosa hostilis*) se apresenta toponimizada, sendo o outro exemplo é o Sítio *Serra da Jurema*.

Figura 12 – Sítio Lagoa da Jurema



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

O Sr. J. F. S. nos relatou que “quando chove muito, a lagoa enche”, aludindo ao curso d’água toponimizado. Como podemos constatar na Figura 12, há muita areia às margens da estrada e um terreno desnivelado que demarca exatamente a Lagoa da Jurema. Sendo este mais um caso de afluente intermitente, sua motivação toponímica deve advir do fenômeno físico enfrentado por cursos d’água assim constituídos.

Já o topônimo *Lagoa Preta* teve como motivação, de acordo com A. J. L., 74 anos, uma lagoa no povoado cuja tonalidade é escura. Tal qual a lagoa do Sítio Lagoa da Jurema, este curso d’água também é intermitente – sem água em períodos de estiagem, de modo que, quando chove, a água acumula na lagoa, formando uma água escura e barrenta, pois leva consigo o barro que

desce para a lagoa. A referida lagoa está localizada em uma propriedade privada, que se encontrava fechada quando da visita à comunidade, o que impossibilitou registros fotográficos do referencial hidrotponímico.

O Sítio *Poço da Areia*, com habitantes em estado de vulnerabilidade socioeconômica, ta qual nossa colaboradora, M. A., de 90 anos, que mora numa casa de taipa. Localizado às margens do Rio Moxotó, em períodos de cheias, alguns poços às margens desse curso d’água ficam cheios, porém, quando ocorre o período de estiagem, a água seca e os poços ficam empoçados de areia. Daí a motivação toponímica. A visita *in loco* se deu num período de seca, de modo que não houve como precisar qual curso d’água seria o referencial hidrotponímico em questão.

O Povoado *Tanque* é uma das maiores aglomerações rurais de Pariconha. Há uma denominação paralela para o Povoado Tanque, Povoado *Riacho Mato Sapo*. Segundo o Sr. J. B. L., 55, havia aí um riacho cuja água era tão salobra que sequer os sapos resistiam e, mesmo assim, as pessoas utilizavam-na no seu dia a dia. Infelizmente, não conseguimos comprovar se o atual tanque é o referente toponímico.

O Povoado *Vieira Moxotó* está localizado na fronteira entre Alagoas e Pernambuco, servindo o curso do Rio Moxotó como marco de delimitação interestadual. A motivação toponímica apresenta elementos de duas naturezas, ao inscrever o sobrenome da primeira família que estabeleceu moradia na localidade, os *Vieira*, sendo *Moxotó* uma translação toponímica (DICK; SEABRA, 2002), postulado como *name-cluster* por Stewart (1958, p. 9), uma vez que sua denominação é tributária do rio homônimo que atravessa esse sítio.

O referencial hidrotponímico, em tese, se apagou, pois suas águas secaram, restando as marcas arenosas de seu curso, como podemos observar na Figura 13.

Figura 13 – Estrada por onde passava o curso do Rio Moxotó



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Sumariamente, os exemplos desse subitem descrevem um constante fenômeno físico do sertão nordestino, constatados pela pesquisa de campo: a perenidade de diversos cursos d'água que servem como topônimos para acidentes antrópicos da região.

No subitem a seguir, destacamos as motivações fitotoponímicas, relativos aos vegetais.

5.3 Motivação Fitotoponímica

Considerando a toponímia rural, certamente os elementos de natureza vegetal estão entre as categorias mais frequentes em tal nomenclatura: nomes de árvores ou seus derivados acabam abarcando a nomenclatura geográfica brasileira desde o período pré-europeu. Os exemplos a seguir certificam que a flora e a vegetação do semi-árido nordestino está inscrita nos signos toponímicos das comunidades rurais pariconhenses.

O primeiro deles é o Sítio *Araticum*. Segundo O. D., 78, este nome surgiu em razão de haver muitos araticunzeiros, árvore característica do cerrado, mas que nasce normalmente em áreas secas e arenosas, como no sertão. Seu étimo vem do Tupi *arati'ku*, tendo como “variantes araticú, araticu, aratecu, areticú, areticum, ariticum, araticum, e é um nome comum a diversas plantas da família das anonáceas e aos seus frutos” (CUNHA, 1998, p. 64), com ampla descrição nos relatos de viajantes coloniais e de estudiosos da botânica brasileira. O araticum é uma “árvore rija e dura, fruto do céu, saboroso, ou ainda fruto mole”, visto que sua polpa é branca, viscosa e mole quando maduro [sic] (ARATICUM, 2018).

O araticum (*Annona crassiflora*) é, de fato, um fruto conhecido e apreciado em todo o Brasil, com diversas variantes lexicais. Dependendo da região, leva o nome de pinha, ata, marolo, condessa, bruto, cabeça-de-negro, entre outros. Em Pariconha, co-ocorrem as lexias *pinha* e *araticum* para esse fruto. Não conseguimos registrar nenhuma fotografia na pesquisa de campo, por se tratar de uma propriedade privada, mas confirmamos a ampla presença desta árvore no sertão nordestino.

Figura 14 - Fruto Araticum.



Fonte: Araticum (2016)⁹

Outro item vegetal inscrito na nomenclatura geográfica da região é a caraíba, por meio do topônimo *Caraibeiras dos Teodósios*. Esse povoado demarca um dos pontos de povoamento mais antigos da região. A família Teodósio se estabeleceu nesse povoado, sendo uma das bases do surgimento do município (BEZERRA, 2007).

Conforme J. L., 60 anos, o nome Caraiqueira surgiu porque o “Teodósio Pai” estabeleceu moradia em Pariconha com seus cinco filhos e, como eles tinham criatórios de animais no povoado, cavou uma fonte, fazendo um barreiro, onde havia muitas caraiqueiras enormes ao redor. Alguns dos seus filhos foram morar definitivamente em Caraiqueiras e o povoado se desenvolveu e todos aludiam ao lugar como *Caraibeiras dos Teodósios*.

Nosso colaborador, Sr. J. L. 60, pertence à quarta geração da família Teodósio, porém, apesar de ser um sobrenome significativo na história local, tal fato não constituiu uma elite econômica. Assim, tradição e

riqueza não foram diretamente proporcionais. Dick (1997, p. 193), ao tratar de referenciais antropotopônicos, esclarece que “o indivíduo simples, o morador da rua ou do canto, o proprietário de um chão ou mesmo uma autoridade civil ou religiosa, poderiam servir de índices qualitativos para uma tendência urbanística incipiente”, o que certamente é o caso deste *corpus*.

Figura 15 - Fonte das Caraibeiras



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 16 - Árvore Caraibeira



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 17 - Tronco da caraibeira mais velha, perto da Fonte das Caraibeiras



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

A caraíba (*Tabebuia caraiba* ou *Tecoma caraiba*) foi amplamente descrita por Von Martius em *Flora Brasiliensis*. Outros nomes pelos quais é conhecida: “Caraúba ou Caraíba, Caraiba, paratudo-do-campo, carobeira, craiba, caraúba. Craibeira ou caraibeira “craibeira”, ou “craíba”. Também conhecida como Caraúba. Craibeira e Paratudo-do-campo em Pernambuco e Craibeira na Bahia” (CARAIBEIRA, 2018).

É típica do estado de Alagoas, tendo sido essa *bignoniaceae* constituída como árvore-símbolo de Alagoas pelo Decreto nº. 6.239, de 29/04/1985, publicado no Diário Oficial do Estado, n. 079, de 30/04/1985. Seu étimo também é tupi: “*Carahyba*, adj. lenho forte, valente, sabio, santo, sagrado” (SAMPAIO, 1901, p. 120), o que expõe o caráter místico que essa árvore tinha para o autóctone.

A Fonte Caraibeira existe, como registramos na Figura 15, bem como as circundantes árvores de caraíbas. As Figuras 16 e 17 expõem a mais antiga das caraibeiras da localidade, segundo nosso colaborador, aquela que pode ter sido o referencial fitotopônimo.

Também o Sítio *Juazeiro* tem motivação fitotoponímica transparente: a árvore de juá, a *Ziziphus joazeiro*, presente em todo o nordeste brasileiro. De acordo com J. G., 65 anos, o referente toponímico foi perdido: um grande juazeiro que havia na entrada do terreno do seu tio, que também era seu sogro.

O topônimo *Melancia* é a nomenclatura para outro sítio da região. Como a região se encontra desabitada, devido à falta de água e à dificuldade de deslocamento para o centro do comércio, escolas etc., não foram coletadas muitas informações orais na visita *in loco*. Diz-se que a região foi uma comunidade quilombola, mas não havia quem pudesse nos informar para onde foram essas famílias. No lugar, existe apenas a casa de um agricultor, frequentada somente como ponto de apoio: A. V. S., de 59 anos, hoje residente no povoado *Campinhos*, sendo as demais casas ruínas, como expõem as Figuras 18 e 19.

Figura 18 - Única casa do Povoado Melancia.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 19 - Casa em ruína no Sítio Melancia.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Quando da visita à comunidade, não identificamos nenhuma plantação da fruta, haja vista sua situação de abandono. Sobre a pesquisa de campo acerca desse topônimo, pudemos empiricamente compreender que nem todo depoimento oral acaba desvelando a verdade histórica, havendo, sim, a possibilidade de gravação de incorreções e fantasias nos relatos: o supracitado colaborador, Sr. A. V. S., nos narrou que ele mesmo havia sido o denominador, dando o nome *Melancia* à localidade, porque ali havia muitas plantações de várias árvores frutíferas, inclusive melancias.

Infelizmente, não conseguimos encontrar na localidade um colaborador que pudesse confrontar e/ou confirmar esse argumento. Entretanto, a busca por documentos históricos da região nos levou ao recenseamento de proprietários rurais de Alagoas, datado de 1920 e publicado em 1923. Nele, já constava um sítio com o nome *Melancia*, que pertencia à cidade de Água Branca, então (BRASIL, 1923). Assim, podemos considerar esse fitotopônimo existente, no mínimo, desde o fim da década de 1910, o que impossibilitaria a nomeação por um senhor cinquentenário no ano de 2016.

Tal fato nos permite inferir o quanto são temerários estudos toponímicos baseados tão somente em fontes orais, uma vez que podem haver ressignificações históricas ou mesmo inverdades quando do relato dos colaboradores.

A respeito do elemento *Mangueiras*, a visita *in loco* nos permitiu registrar e verificar o referente fitotopônimo, o manguezal. As mangueiras já não são tão abundantes como outrora, dada à assolação de uma praga nas plantas, resultando na secura e perda das folhas das árvores¹⁰, como ilustram as Figuras 20 e 21.

Figura 20 – Registro das mangueiras acometidas pela praga na região da Serra da Jurema ao Alto das Mangueiras.



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 21 – Registro das mangueiras acometidas pela praga na região da Serra da Jurema ao Alto das Mangueiras.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

O Distrito ou Povoado *Ouricuri* localiza-se na aldeia indígena homônima e sua motivação toponímica remete a uma fonte de mineração conhecida como Fonte Ouricuri. Vejamos a Figura 22.

Figura 22 - Fonte Ouricuri



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Nosso colaborador, um ex-cacique da aldeia, disponibilizou-se a ir conosco até a fonte e nos mostrou, com semblante de tristeza, a situação atual da fonte – aterrada e cercada. Percebemos que há muitos ouricurizeiros em toda a região, não apenas no Distrito Ouricuri.

Cunha (1998, p. 309) destaca assim o verbete *uricuri*: “variantes ururucuri, urucurí, urucurí, ouricory, uricuri, ouricury, uricury, ouricurí, urucury, ouricuri [< Tupi uriku’ri] Espécie de palmeira, urucurizeiro”. Segundo esse colaborador, o fruto do ouricuzeiro produz uma polpa que era, e ainda é por alguns, chamada de *conha*, mas que hoje também é conhecida por ‘coquinho’. As Figuras 23 e 24 registram a presença dessa árvore na localidade.

Figura 23 – Árvore Ouricurizeiro



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 24 – Árvore Ouricurizeiro



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Cabe também destacar que o ouricuri contempla as versões sobre a motivação toponímica de Pariconha. Este topônimo rural tem motivação da vegetação, o povoado Capim. Segundo relatos orais, este surgiu devido ao capim que crescia ao redor de uma fonte d’água, mesmo não havendo capim como outrora. O Sr. M. A. S., 73 anos, conta que, quando as pessoas precisavam buscar água na fonte, diziam que estavam “indo ao Capim”. Após este relato, visitamos a referida mina-ção, onde registramos a vegetação verde – bem como a coloração da água – da localidade, exposta na Figura 25 a seguir.

Figura 25 - Fonte de minação no Povoado Capim



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Como podemos observar nessa imagem, a fonte de água ainda existe. Há capim, o qual os cavalos se alimentam, porém nos lugares mais distantes da fonte, tudo permanece seco. A lexia *capim*, já aportuguesada, é originária do tupi *caa-py*, significa “folha miúda, fina, a grama” (SAMPAIO, 1901, p. 119). Percebemos que o topônimo é uma projeção da realidade local, e sua motivação toponímica é de natureza vegetal, relacionada a um recurso hídrico.

Descrita a flora, destacamos a seguir elementos da fauna inscritos no *corpus* toponímico.

5.4 Motivação Zootoponímica

Os animais, como parte motriz da vida do campo, têm espaço considerável na nominata geográfica rural. Em nosso *corpus*, percebemos uma presença de considerável destaque. Para além do *Sítio Caldeirão do Cachorro*, já discutido na seção 5.1, e do *Sítio Mosquito* – cuja motivação toponímica não se apresenta transparente se se trata do inseto em sua forma feminina ou de uma planta –, temos o boi, mamífero de presença cotidiana ao campesino local.

O *Sítio Boi Morto*, localidade de denominação anterior *Os Pandé*, em referência ao sobrenome da primeira família a povoá-la, da qual ainda se encontram descendentes na região. A causa denominativa disseminada coletivamente é que um boi morreu na estrada em ocasião sem data registrada. Como ninguém o retirou de lá, quando as pessoas queriam identificar o lugar,

o faziam como “ali perto do boi morto”. A reiterada enunciação do fato naturalmente elevou o sintagma *Boi Morto* a signo toponímico. Foi impossível o registro do cadáver do animal que motivou a denominação, sendo lacunar também o local exato do fato em questão.

O outro mamífero contemplado na nomenclatura, mas não de modo transparente, é a ema, por meio do topônimo rural *Serrote dos Ovos*. Segundo M. P., 82, antigamente apareciam muitas emas e colocavam seus ovos no pé desse serrote. Por ser este o único relato oral sobre o topônimo, cabe a verificação posterior se os ‘ovos’ remetem, de fato, a emas e não a outra ave, como relatado.

Não foi verificada a existência de criação de emas na região, sendo que ambas as colaboradoras informaram que a ave não é mais encontrada na região: “tinham umas emas por aqui e colocavam ovos no pé do serrote”, afirmou M. P.. Infelizmente, também não conseguimos registros fotográficos desse acidente topográfico.

Outro exemplo de motivação animal foi o já destacado *Sítio Campo do Urubu*. Nesse campo, há uma árvore baraúna e, de acordo com o colaborador, o Sr. G. O., 42 anos, os moradores da redondeza deixavam ali animais mortos, já que naquele campo não havia casas ou plantações, dada à salinidade da terra. O cheiro dos animais mortos atraía urubus, que sobrevoavam o entorno para consumir os cadáveres, ficavam pelo local e dormiam na baraúna.

Descritos e analisados os exemplos do *corpus* toponímico, procedemos com as considerações finais da pesquisa.

5.5 Diversos

O cromotopônimo *Verdão* destaca um elemento da escala cromática e permite inferir a vinculação de sua motivação à vegetação local. Localizado próximo ao Povoado Capim, J. A. M., de 90 anos, relatou que sua denominação se refere a uma “baixa”, um pequeno declive, onde podiam ser encontradas fontes de minação e, devido a essa água, sempre “crescia capim na ‘baixa’”, formando um ‘verdão’. Atualmente, o relevo

verde na região está rareando, pois as fontes têm secado e, em decorrência disso, o capim não cresce mais como antes. O que podemos compreender é que há uma relação direta entre esta cor, descritiva do relevo, e a existência de fontes na região, especialmente em se tratando do semiárido nordestino.

O topônimo *Tanque* remete à presença de um instrumento útil às comunidades rurais do semiárido: o tanque d'água. A colaboradora A., 89, relatou: “Cresci ouvindo ‘vamos pegar água no (T)tanque’”, depondo acerca de um fenômeno comum a zonas do semiárido brasileiro: a falta de água encanada em comunidades rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado de pesquisa, podemos afirmar que os topônimos das aglomerações rurais de Pariconha-Alagoas são projeções aproximativas da realidade local, em especial dos aspectos físicos, como geomorfologia, hidrografia, fauna e flora. Para o *corpus* inscrito em língua Tupi, mesmo que as incursões etimológicas sirvam de “fundamento para uma identificação de lugares, na certeza de que o significado desses nomes indígenas traduzem fielmente a característica natural de cada localidade” (SAMPAIO, 1901, p. 5), cabe destacar que “os topônimos se tornaram conhecidos mesmo pela sua etimologia que pelo referente ao qual se ligam” (DICK, 2007, p. 154), tal qual exposto por Dick sobre os topônimos paulistas.

Os topônimos de aglomerações rurais do município de Pariconha evidenciam a espontaneidade das nomeações, sendo sua nomeação *pari passu* à sua territorialização, não raro diferente do planejamento “artificial” quando da nomeação dos logradouros urbanos desse município.

No *corpus*, um fenômeno recorrente foi a translação toponímica. Alcinhado como *shift-names* por Stewart (1954), diz respeito à translação do termo específico de um acidente físico, a exemplo de uma fonte ou uma

serra, para o elemento genérico de um acidente antrópico, como um sítio ou um povoado. Resgatamos três exemplos desse processo de toponimização, dos vários que apresentamos no estudo: (1) *Pajeú*, Serra > *Serra Pajeú*, Sítio; (2) *Preta*, Lagoa > *Lagoa Preta*, Sítio; e (3) *Cachorro*, Caldeirão > *Caldeirão do Cachorro*, Sítio.

Por fim, em termos acadêmicos, tomando como arremate o *corpus*, podemos inferir que abarcam, especialmente, relevos de planalto ou depressão e, nessa região *serrana*, havendo *fontes* ou *poços*, portanto um relevo propício à vida, haverá árvores, frutos, plantas e animais no entorno, bem como uma vegetação com campinhos e capim, especialmente na cor *verde*. Por fim, aqueles nomes geográficos cujas *taxes* toponímicas (DICK, 1990) não puderam ser preenchidos tornam-se “enigmas”, material para futuras investigações.

Em termos pessoais e sociais, esta pesquisa se apresentou de suma importância não apenas por ter revelado aspectos físicos e socioculturais por meio da nomenclatura geográfica, mas também por permitir o convívio dos pesquisadores com o *modus vivendi et cogitandi* dos sujeitos das comunidades visitadas. Reiteramos, assim, como consideração final deste estudo, a necessidade de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vidas desses sertanejos rurais pariconhenses.

Como exemplos, registramos a necessidade de facilitação do acesso a algumas localidades, como à Serra Pajeú; chamamos a atenção de pesquisadores de outras áreas para a questão das pragas nas mangueiras na Serra Alto das Mangueiras; testificamos a necessidade de um olhar mais humano para os idosos que estão com sérios problemas de memória na região, dentre outros. Além disso, testemunhamos pessoas de comunidades quilombolas morando ainda em casas de taipa, como na Malhada Vermelha – situação que já deveria ter sido corrigida –, em condições subumanas no tocante ao saneamento, à infraestrutura e à saúde, aparentemente negadas àquelas famílias pelo poder público. Cremos ser essa também a missão das Ciências Humanas e Sociais.

NOTAS

- 1 Dados obtidos em entrevista oral com o cacique Sr. G. M., de 83 anos, concedida a um dos pesquisadores em 20 dez. 2016.
- 2 PARICONHA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pariconha&oldid=46900293>>. Acesso em: 7 out. 2016.
- 3 PARICONHA. In: IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=270642>> Acesso em: 09 dez. 2017.
- 4 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=270642&search=|inifogr%E1ficos:-hist%F3rico>> Acesso em 17 dez. 2016.
- 5 Num debate online sobre essa língua, a Profa. Dra. Maria das Dores de Oliveira, indígena do povo Pankararu, em Pernambuco, destacou: “Infelizmente, as informações sobre a língua Pankararu (pelo menos aquelas que tive acesso) não são suficientes para afirmar qual tronco lingüístico [...] pertenceu. Digo pertenceu, porque há muitas gerações nosso povo não fala mais a língua indígena. Nos dados que tive acesso encontrei palavras de origem Tupi, mas também muitas palavras em Yaathê, a língua dos Fulni-ô de Águas Belas (uma língua do tronco lingüístico Macro-jê, sem parentesco com outras línguas indígenas).”
- 6 Registramos aqui nossa gratidão ao Sr. Arator de Araújo, então secretário de Agricultura do município de Pariconha, cuja contribuição foi imprescindível para os resultados desta pesquisa.
- 7 Após o pleito eleitoral de 2016, em Outubro, o Prefeito de Pariconha cortou gastos do município, inclusive do transporte de algumas secretarias, sendo, a partir de então, de total responsabilidade dos pesquisadores o transporte e os gastos para a realização das visitas.
- 8 Dados disponíveis em: <www.cidade-brasil.com.br/municipio-pariconha.html>, <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pariconha>> e <<http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Pariconha>> Acessos em: 08 dez. 2017.
- 9 ARATICUM. In: Cerratinga. Disponível em <<http://www.cerratinga.org.br/araticum/>> Acesso em: 30 jan. 2018.
- 10 O Sr. A.G., 47, técnico em agropecuária da Secretaria de Agricultura informou ainda ser desconhecida a praga, estando o caso sob investigação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lana Cristina Santana. *O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural*. Salvador, 2012. 187f. Dissertação. (Mestrado em Língua e Cultura) Universidade Federal da Bahia- BA. Obra não publicada.

BEZERRA, Mabel Galdino (Coord.). *Pariconha: nossos valores, tradições e origem*. Escola Municipal de Educação Básica Padre Epifânio Moura. Pariconha, 2007.

BRASIL, ALAGOAS. Lei n. 17/1995, de 27 de novembro de 1995. Dispõe sobre a criação do 1º distrito do Município de Pariconha e dá outras providências. *Prefeitura Municipal de Pariconha*, 27 de nov.de 1995.

BRASIL, ALAGOAS. Lei n. 168/2009, de 10 de agosto de 2009. Dispõe sobre a criação do 2º distrito do Município de Pariconha

e dá outras providências. *Prefeitura Municipal de Pariconha*, 10 de ago.de 2009.

BRASIL, ALAGOAS. Lei n. 169/2009, de 10 de agosto de 2009. Dispõe sobre a criação do 3º distrito do Município de Pariconha e dá outras providências. *Prefeitura Municipal de Pariconha*, 10 ago. de 2009.

BRASIL, Recenseamento do Brasil. *Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais no estado de Alagoas*. Rio de Janeiro: TYP da Estatísticas, 1923.

CARAIBEIRA. Centro Nordestino de Informações sobre Plantas da Associação de Plantas do Nordeste – CNIP. Disponível em <<http://www.cnip.org.br/bdnp/fotosdb/Caraibeira.pdf>>

CARDOSO, Levi Armando. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. *Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Um estudo de caso: Os sociotopônimos de Aveiro (Portugal)*. Revista USP, São Paulo, n 56, p. 172-179, dez./fev., 2002.

CARVALHO, Maria Aparecida de. *Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso - Mesorregião Sudeste Mato-Grossense*. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística). FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 4. Ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: EDUnB, 1998.

DANTAS, Zé; GONZAGA, Luiz. Riacho do Navio. In: GONZAGA, Luiz. *Luiz Gonzaga canta seus sucessos com Zé Dantas*. Rio de Janeiro: RCA/BMG, 1959 [1955]. Faixa 8. Disco 78 RPM. Disponível em <www.luizluagonzaga.com.br>. Acesso em: 01 ago. 2018.

DICIONÁRIO de nomes próprios. Disponível em <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/>> Acesso em: 20 nov. 2016.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo: AnnaBlumme, 1997.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Trama*, v. 3, n. 5, 2007, p. 141-155.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965, 134p.

FREIRE, Gilberto. *Rurbanização: que é?* Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Recife: 1982.

- HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico de língua portuguesa*. Disponível em: <<http://dicionario.cijun.sp.gov.br/houaiss/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame>> Último acesso em: 10 dez. 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *CENSO demográfico 2010*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270642&search=alagoas|pariconha>>. Acesso em: 9 jan. de 2018.
- IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3ABCJ>> Acesso em: 04 jul. 2018.
- JUREMA (ÁRVORE). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jurema_\(%C3%A1rvore\)&oldid=48453077](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jurema_(%C3%A1rvore)&oldid=48453077)>. Acesso em: 03 jul. 2018.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MIRANDA, Vicente Chermont de. Estudos sobre o nheegatu. In: *Anais 1876 - 1997*, Biblioteca nacional do Rio de Janeiro, vol. LXIV, 1942. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Anais_BN&PagFis=10979&Pesq>. Acesso: 28 de setembro de 2016.
- NAVARRO, E. A. *Dicionário de Tupi Antigo: a Língua Indígena Clássica do Brasil*. São Paulo. Global. 2013.
- NOBRE, Suana. *Comunidades quilombolas fazem parte da história de Pariconha*. Disponível em: <<http://www.iteral.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2010/04/comunidades-quilombolas-fazem-parte-da-historia-de-pariconha>>. Acesso em 20 dez. 2016.
- OLIVEIRA, Maria. *Entrevista realizada via e-mail*. 27 set. 2016.
- OLIVEIRA, Luís Antonio de. *A língua Pankararu: puxando os fios da história*. Percurso Acadêmico (Trabalho de Conclusão do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação). Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.biblio.fae.ufmg.br/webbiblio/monografias/2016/luis%20antonio%20de%20oliveira.pdf>>
- PARICONHA. *Informações gerais do Município*. Disponível em: <<http://www.pariconha.al.gov.br/contatos.php>> Acesso em: 22 abr. 2017.
- PARICONHA. In: IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=270642>> Acesso em: 09 dez. 2017.
- PINTO, Estevão. As mascaras-de-dansa dos Pankararu de Tacaratu [Remanescentes indígenas dos sertões de Pernambuco]. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 41 n°2, 1952. pp. 295-304.
- SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901.
- STEWART, George. A Classification of Place Names, *Names*, 2:1, 1-13, 1958. DOI: 10.1179/nam.1954.2.1.1. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1179/nam.1954.2.1.1>> Acesso em: 01 dez. 2017.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica - uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona, jun. 1996. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em 01 dez. 2017.

OS AUTORES

Cezar Alexandre Neri Santos é Professor da Universidade Federal de Alagoas, lotado no Curso de Letras/Língua Portuguesa do Campus do Sertão desde 2011. Doutorando em Língua e Cultura - PPGLinC/UFBA e Mestre em Letras - PPGL/UFS (2012). Licenciado em Letras Português/Inglês, pela Universidade Federal de Sergipe (2005). E-mail: cezarneri@hotmail.com

Rafaela Simias Aragão é graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Alagoas e tem experiência na área de signo toponímico. E-mail: rafsimias@hotmail.com

